

Artigos

O imperador Constantino: Breve estudo da sua vida, influência e contribuições para o Cristianismo

The Constantine emperor: a brief study of its life, influence and contributions to Christianity

Érico Tadeu Xavier¹

¹ Doutor em Teologia e Especialista em Aconselhamento Pastoral pela UniBF. Professor no Seminário Latino-Americano de Teologia, Itatuba, PR.

✉ etxacademico@gmail.com

Palavras-chave:

Constantino
Cristianismo.
Influências.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a participação do Imperador Constantino no desenvolvimento da igreja cristã e como sua influência repercutiu na expansão posterior da Igreja. Faz-se uso da metodologia de pesquisa bibliográfica. Constantino I foi imperador romano do ano 306 ao ano 337. Suas estratégias político-religiosas conduziram ao fim das perseguições aos cristãos e favorecimento do Cristianismo. Entre suas contribuições ao Cristianismo estão o Edito de Milão e a convocação do Concílio de Nicéia. Ao analisar a história do Cristianismo sob a influência de Constantino percebe-se que este proporcionou mudanças positivas e negativas à igreja, que repercutiram após sua morte. Conclui-se, assim, que o imperador Constantino contribuiu favoravelmente ao Cristianismo ao por fim às perseguições aos cristãos e afirmar o Cristianismo como religião legalizada, dando condições para a sua expansão pelo mundo, mas, por outro lado, contribuiu negativamente ao interferir em assuntos religiosos e propiciar um caminho para a apostasia da fé cristã.

Keywords

Constantine.
Christianity.
Influence.

Abstract

This work aims to analyze the participation of Emperor Constantine in the development of the Christian church and how its influence had repercussions on the later expansion of the Church. In this paper, we use the methodology of bibliographic research. Constantine I was Roman emperor from the year 306 to the year 337. His politico-religious strategies led to an end to persecution of Christians and favoring Christianity. Among his contributions to Christianity are the Edict of Milan and the convocation of the Council of Nicaea. In analyzing the history of Christianity under the influence of Constantine it is perceived that this provided positive and negative changes to the church, which reverberated after his death. It is thus concluded that Emperor Constantine contributed favorably to Christianity to put an end to the persecution of Christians and to affirm Christianity as a legalized religion, giving conditions for its expansion throughout the world, but on the other hand, it contributed negatively by interfering in matters religious and provide a path for the apostasy of the Christian faith.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do Cristianismo ao longo dos séculos revela a participação de diferentes personalidades que contribuíram de forma positiva ou negativa para sua expansão, a exemplo do imperador Constantino que, embora tenha relevância na construção histórica do Cristianismo como uma religião mundial também influenciou no desvirtuamento da doutrina cristã mediante sua intervenção nas decisões da igreja.

Durante o século IV, o imperador Constantino entendeu que o Cristianismo não poderia ser destruído, pois, apesar das perseguições e martírios, os cristãos continuavam a se fortalecer e aumentar. Desse modo, favoreceu política e religiosamente ao Cristianismo facilitando sua aceitação a partir de seu governo.

Tendo em vista sua importância para a história do Cristianismo este trabalho se propõe a analisar a participação do Imperador Constantino no desenvolvimento da igreja cristã e como sua influência repercutiu na expansão posterior da Igreja. Tal intento baseia-se na compreensão histórica acerca do Cristianismo e da vida de Constantino, retratados por autores como Nichols (1992), Cairns (1995), Carroll (2002), Walker (2002), Hurlbut (2002), e outros que apresentam em seus escritos as contribuições de Constantino para que o Cristianismo se tornasse uma religião mundialmente conhecida.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Vida, conversão e morte

Constantino I, ou Constantino Magno (ou o Grande) foi imperador romano do ano 306 ao ano 337. Seu nome completo era *Flavius Valerius Aurelius Constantinus*. Nasceu em Naissus (atual Sérvia), em 26 de fevereiro de 272 e faleceu na Nicomedia (atual Izmit, Turquia) em 22 de maio de 337. Filho de *Caius Flavius Valerius Constancius* (Constâncio Cloro, ou Constâncio I), oficial grego que servia ao imperador Diocleciano, e de Helena, concubina de Constâncio. Viveu a maior parte de sua infância e juventude na corte do imperador Diocleciano, recebendo educação esmerada (FRAZÃO, 2017).

Constantino cresceu em um período de guerra civil, invasões bárbaras e colapso social geral do império romano. Segundo Carroll (2002), ao final do século III, em 284, um general chamado Aurelius Valerius Diocleciano, plebeu da Ilíria, foi declarado imperador por seus soldados. Em 285, Diocleciano dividiu o império pela metade, ficando com a parte do Oriente, governando na Nicomédia, e tomando para si o título de Augusto. Nessa divisão, colocou como imperador do Ocidente a Maximiano, um de seus generais, que governava em Milão.

Diocleciano nomeou para si como César a Galério e Maximiano nomeou o general gaulês Constâncio, que governou a partir de Tréveris. Diocleciano controlava as províncias Orientais e o Egito; Maximiano a Itália e a África Proconsular. Galério as províncias balcânicas e Constâncio Cloro a Hispânia, a Gália e a Britânia.

Em 305, Constantino juntou-se a Constâncio Cloro para lutar nas campanhas da Britânia (Grã-Bretanha). Nesse mesmo ano, então com sessenta anos, Diocleciano abdicou do trono, impondo a mesma decisão a Maximiano, tornando Galério e Constâncio augustos. Porém, enquanto lutava na Britânia, em 306, Constâncio ficou doente e morreu em York. Seu filho Constantino, então com 18 anos, foi saudado pelas tropas como sucessor de Constâncio. Contudo, seu título não foi reconhecido em Roma e Constantino teve que empreender lutas contra Maximiano e seu filho Maxêncio, que reivindicavam o título de imperador do Ocidente. Em 307 Constantino reconheceu Maximiano como Augusto sênior e casou-se com sua filha Fausta. Com isso, Maxêncio se autoproclamou imperador do Ocidente e iniciou uma guerra pelo poder. Em 310 os exércitos de Constantino venceram a batalha contra Maximiano, matando-o e em 312 foram contra o exército de Maxêncio, em Roma (CARROLL, 2002).

Desse modo, ao final da primeira década do quarto século, o império do Ocidente estava dividido entre Constantino e Maxêncio. Porém, antes da disputa decisiva pelo Ocidente, o imperador Galério, no Oriente, morreu, deixando quatro concorrentes ao trono imperial: Licínio, que controlava territórios ao norte do Helesponto, no Oriente; Maximino Daia, com controle sobre a Ásia Menor, Síria, Palestina e Egito. Este último renovou a perseguição aos cristãos logo após a morte de Galério; Maxêncio e Constantino, no Ocidente. Licínio aliou-se a Constantino enquanto Maximino aliou-se a Maxêncio. Em 313 Licínio derrotou Maximino e assumiu controle do setor oriental. No Ocidente, Constantino havia já resolvido a questão com Maxêncio, um ano antes (WALKER, 2006).

A batalha de Constantino contra Maxêncio, em 28 de outubro de 312, foi decisiva para sua decisão em favor do Cristianismo. O exército de Constantino se defrontou em batalha na Ponte Mílvia, no rio Tibre. Conforme Eusébio de Cesareia, citado por Carroll (2002, p. 192), Constantino “viu com os próprios olhos o troféu de uma cruz de luz nos céus, acima do sol, e tendo a inscrição COM ISTO VENCERÁS”. A partir dessa visão da cruz, Constantino ordenou que seu exército fizesse uso de um novo estandarte nas batalhas, cujo símbolo da cruz era representado por uma longa lança revestida de outro tendo uma barra transversa colocada acima dela. Dessa maneira, a cruz, que representava o aparelho de execução romano, passou a ser representado por uma lança, modificando a própria história de Israel.

Sobre a batalha na Ponte Mílvia, Walker (2006) afirma que a visão de Constantino veio em um sonho, contrariando o seu costume pagão e fazendo-o voltar-se ao Deus cristão:

[...] na véspera da batalha na ponte Mílvia, Constantino teve um sonho no qual viu as letras iniciais do nome de Cristo com as palavras: "Por este símbolo vencerás". Tomando isto como um presságio, ele resolveu confiar sua causa ao deus dos cristãos e teve a monograma Chi-Rho pintado nos escudos de seus soldados. Na luta seguinte, Maxêncio perdeu a batalha e a vida. Constantino havia conquistado o controle do Ocidente. Quando entrou triunfante em Roma, Constantino lembrou-se daquele a quem devia sua vitória. Os costumeiros tributos de agradecimento aos deuses de Roma foram omitidos. O imperador havia jogado sua sorte com a causa minoritária dos cristãos, e daí em diante ele consideraria o deus cristão como o protetor do império e o patrocinador de sua própria missão de reforma e reconstrução. Roma tinha um continuador da obra de Diocleciano, mas a tarefa de Diocleciano agora deveria ir adiante sob o patrocínio do mesmo deus cujos seguidores ele próprio havia perseguido. (WALKER, 2006, p. 151).

A visão da cruz foi o indício de que Constantino deveria colocar sua fé em Jesus Cristo. Segundo Carroll (2002, p. 198), “A visão lendária transformou assim o confronto num confronto entre o Deus cristão e os deuses romanos”. Contudo, os registros históricos demonstram que a vitória sobre Maxêncio, na ponte Mílvia, foi atribuída tanto às divindades pagãs quanto ao Deus dos cristãos, como mostra a inscrição registrada no Arco de Constantino, erguido perto do Coliseu, que traz os dizeres “pela inspiração da Divindade”, sem definir se isso se referia a Cristo, a Hércules, a quem Constantino se filiava, ou ao Deus Sol Invicto, considerado a única divindade universal reconhecida no Império Romano.

Mas Constantino ainda estava longe de se tornar cristão, como se observa em algumas atitudes do imperador, conforme Cairns (1995, p. 100),

Embora a visão possa ter ocorrido, é evidente que o favorecimento da Igreja por Constantino foi um expediente seu. A Igreja poderia servir como um novo centro de unidade e salvar a cultura clássica e o império. O fato de ter protelado o seu batismo até pouco antes da morte e de manter sua posição de *Pontifex Maximus*, sacerdote principal da religião pagã do Estado, parecem apoiar esta ideia. Ademais, a execução por ele ordenada, de um jovem que poderia reivindicar o seu trono, não condiz com a conduta de um cristão sincero. Talvez tenha sido tudo uma mistura de superstição e sagacidade na sua estratégia de governo. Correta ou não está interpretação de suas intenções, o fato é que Constantino inaugurou uma política de favorecimento da Igreja Cristã.

A política de favorecimento aos cristãos ficou clara em 313, quando Constantino e Licínio proclamaram o Édito de Milão, garantindo a liberdade religiosa universal para pagãos, cristãos e judeus. Conforme Carroll (2002), o decreto dava direito a que todo homem cuidasse das coisas sagradas segundo sua livre vontade. Embora Licínio tenha concordado com o Édito de Milão, percebeu que a influência do Cristianismo reforçava o poder de Constantino, diminuindo o seu, e passou a expulsar os cristãos dos serviços

públicos. Em consequência, Constantino declarou guerra contra Licínio, tornando-se o único governante do império.

A partir da derrota de Licínio, Constantino “assumiu o interesse imperial pela igreja, restaurou suas propriedades, deu-lhe dinheiro, interveio na controvérsia donatista e convocou os concílios eclesiásticos de Arles e de Nicéia” (KENETH; STEPHEN; RANDY, 2003, p. 38).

Constantino se julgava escolhido pelos deuses para unificar o império. Assim pensando, assumiu que unificar a religião do império era um mandato divino. Deu início, então, por volta de 320, a uma perseguição a todos os que não se afiliavam à religião cristã, quer fossem judeus ou pagãos. Os pagãos formavam a maioria do império e passaram a ser considerados como uma ameaça ao poder imperial agora cristão. Novamente usando de estratégia política, Constantino não forçou a conversão pagã, preferindo exercer a autoridade absoluta da igreja, criou um calendário comum a todo o império eliminando diferenças regionais, diversidades teológicas e interferindo em datas e assuntos teológicos ainda não definidos claramente pelos cristãos, como, por exemplo, a data da Páscoa e a questão de Jesus ser Deus. Ele considerava que as diferenças religiosas eram impedimentos ao poder e, sendo assim, uma escolha religiosa diferente da estabelecida pela igreja cristã e por ele, passou a ser considerada traição, crime político (CARROLL, 2002).

Segundo Keneth, Stephen e Randy (2003), Constantino não gostava de Roma, por isso, decidiu construir uma “nova Roma”. De 326 a 330, escolheu a cidade de Bizâncio, na divisa entre Europa e Ásia, para modificar sua estrutura ao seu gosto. A partir de 330, escolheu terrenos bem situados, no alto de colinas, para construir igrejas ao estilo cristão, templos estes que se destacavam contra o céu. Mudou o nome da cidade para Constantinopla, hoje chamada Istambul, capital da Turquia. Essa decisão motivou mudanças tanto para a igreja quanto para o Estado.

Com relação ao Cristianismo, a mudança da capital do Império Romano para Constantinopla acabou fortalecendo a influência do bispo romano, chefe da igreja em Roma, que passou a ser considerado como autoridade principal de toda a igreja, conforme afirma Hurlbut (2002, p. 107): “[...] em Roma não havia imperador sobrepondo-se ao papa ou eclipsando-o. Portanto, o papa era a mais alta autoridade na religião”.

Após mudar para Constantinopla Constantino também passou por mudanças. De acordo com Guy de la Bédoyère (2013), em 326, o imperador acreditou que Fausta, sua esposa, e Crispo, seu filho nascido da primeira esposa, Minervina, conspiravam contra ele e mandou executar a ambos. Em seguida, tornou seus três filhos – Constantino II, Constâncio II e Constante – bem como dois de seus sobrinhos – Dalmácio e Anibaliano, seus potenciais sucessores. Já em seu leito de morte, acometido de uma doença enquanto planejava a guerra contra os persas, Constantino foi batizado como cristão.

O batismo de Constantino diferenciou-se do batismo dos pagãos da época em vários sentidos. De acordo com Gonzáles (1997, p. 30),

Quando algum pagão se convertia ele era submetido a um longo processo de disciplina e ensino, para ter certeza de que o novo convertido entendia e vivia sua nova fé, e então ele era batizado. O novo convertido, então, seguia seu bispo como guia e pastor, para descobrir o significado de sua fé nas situações concretas da vida. O caso de Constantino foi bem diferente. Mesmo depois da batalha da Ponte Milvia, e durante toda a sua vida, Constantino nunca se submeteu em nenhum aspecto à autoridade pastoral da igreja. Ele contava com o conselho de cristãos, como o erudito Lactâncio – tutor de seu filho Crispo – e o bispo Ósio de Córdoba – seu conselheiro para assuntos eclesiásticos – mas Constantino sempre se reservou o direito de determinar ele mesmo suas atitudes religiosas, pois considerava-se “bispo dos bispos”. Repetidamente, mesmo depois da sua conversão, Constantino participou de rituais pagãos que eram proibidos aos cristãos comuns, e os bispos não levantaram a voz em protestos e condenação, como teriam feito em qualquer outro caso.

Conforme Blainey (2012), Constantino havia se aproximado da igreja cristã durante sua vida, porém, permaneceu independente até praticamente a sua morte. Quando pediu para ser batizado nas margens

do rio Jordão, a doença já não permitiu a ele fazer viagens longas, sendo então batizado onde estava. Por ter se colocado como protetor do cristianismo e da igreja, sentia-se como um dos apóstolos de Cristo e, por isso, escolheu como lugar para seu descanso final a Igreja dos Santos Apóstolos. Quando morreu, em Nicomedia (atual Izmit, Turquia), em 22 de maio de 337, foi sepultado junto ao altar, em meio às relíquias de São Pedro e outros santos. Mais tarde, esse fato foi considerado quase um sacrilégio, sendo então seu corpo removido para um mausoléu.

Após sua morte, seus filhos Constantino II, Constâncio II e Constante foram nomeados pelo Senado romano como augustos iguais entre si, mas se envolveram em luta pela sucessão levando o caos a Constantinopla. Segundo Carroll (2002), da família de Constantino só restaram os três filhos e dois homens. Constantino II desafiou constante em 340 e foi morto.

Constante governou o Ocidente por uma década até ser assassinado por um homem de seu próprio exército. Constâncio, por volta de 355, conseguiu restabelecer o controle sobre o império. Em 361 Juliano, filho de um meio-irmão de Constantino, sucedeu ao trono, mas reinou por menos de dois anos, tentando fazer voltar a revolução Constantiniana. Embora Juliano tenha sido educado como cristão, é lembrado como o último imperador pagão. Os sucessores de Juliano restauraram os privilégios que a igreja perdera em seu governo.

Dessa maneira, o reinado de Constantino parece ter apresentado um império bem protegido e invencível, tal como havia sido nos governos de Marco Aurélio e de Augusto. Todavia, estava corrompido pela decadência moral e política, o que possibilitou a invasão dos povos bárbaros, que derrubaram os muros do império ocidental no ano 337, 25 anos após a morte de Constantino. Com isso, o império romano ocidental se extinguiu após um período de mil anos (HURLBUT, 2002).

2.2 Contribuições para o cristianismo

A decisão de Constantino pela religião cristã produziu mudanças importantes na igreja que repercutiram ao longo do tempo. Sua influência para o Cristianismo resultou em aspectos positivos e negativos que incorporaram à história cristã desde o seu governo. Neste tópico são analisadas algumas das influências de Constantino para a igreja cristã.

2.2.1 Fim das Perseguições e Liberdade Religiosa

Após a morte e ressurreição de Jesus Cristo, um pequeno grupo de pessoas, composto pelos apóstolos, Maria mãe de Jesus e seus irmãos, passaram a se reunir em um pequeno salão, à espera do cumprimento da promessa do Espírito Santo (Atos 1:8). À época do Pentecostes somavam 120 pessoas (Atos 1:15) aumentando em seguida para cerca de 3.000 (Atos 2:41), continuando a crescer o número de discípulos, em Jerusalém (Atos 6:7). Do testemunho dos cristãos e das viagens missionárias dos apóstolos, resultou na expansão do Cristianismo por todo o Império Romano, sendo que, ainda no primeiro século, a igreja cristã já contava com mais de um milhão de fiéis, segundo Barret (1982).

Por volta do ano 100 d.C., o Cristianismo se fazia presente em cidades da Ásia Menor, Palestina, Síria, Macedônia, Grécia, Roma, Itália, Alexandria e, provavelmente, até na Espanha. E continuou a crescer geográfica e numericamente nos primeiros três séculos, como comenta Nichols (1992, p. 34):

Entre o ano 100 d.C. e o reinado de Constantino, o Cristianismo alcançou maravilhoso progresso. Em 313, era a religião dominante na Ásia Menor, região muito importante do mundo de então, como na Trácia e na longínqua Armênia. A Igreja se constituía numa influência civilizadora muito poderosa na Antioquia, na Síria, nas costas da Grécia e Mesopotâmia, nas ilhas gregas, no norte do Egito, a província da África, na Itália, no sul da Gália e na Espanha. Era menos forte em outras partes do império, inclusive a Britânia. Era fraca, naturalmente, nas regiões mais remotas, como a Gália central e do norte. Em todas essas regiões a Igreja alcançou povos das mais variadas línguas, que não faziam parte da civilização greco-romana [...] O cristianismo não tinha alcançado somente os limites do império; mesmo o leste da Síria e a Mesopotâmia receberam influência poderosa (NICHOLS, 1992, p. 34).

A expansão do Cristianismo foi tanta que, mesmo experimentando perseguições e perdas, em torno de “50% da população do império, que era composta de 25 milhões de habitantes, era cristã” ao final do terceiro século, conforme Deiros (2005, p. 80).

No primeiro século, as perseguições ocorriam em consequência de delírio e ódio pessoal de alguns imperadores, a exemplo de Nero (66-68) e Domiciano (90-95) e foram esporádicas, durando pouco tempo. No governo da maioria dos imperadores os cristãos não sofreram perseguições severas ou tinham direito a se justificar, sendo executados apenas alguns, considerados mártires pela história cristã. No segundo século a perseguição retornou com Septímio Severo, no ano 202 e durou até 211. Severo promoveu perseguição em todos os lugares do império, principalmente no Egito e norte da África. Sua índole cruel foi considerada por alguns escritores cristãos como sendo ele o anticristo. Embora tenha havido um período de relativa tranquilidade para a igreja cristã após Severo, do ano 250 até 313 d.C. ocorreu uma das mais sistemáticas e implacáveis perseguições aos cristãos, concentrando-se nos governos de Diocleciano e seus sucessores, a partir de 303 (HURLBUT, 2002).

Conforme Keneth, Stephen e Randy (2003), as perseguições aos cristãos ocorreram em meio à reestruturação do poder imperial promovida por Diocleciano. A partir do ano 298, os governantes retiraram os cristãos do exército e do serviço civil e, em 303, deu-se início à perseguição, iniciando com a destruição de igrejas, confisco das Escrituras e proibição de reuniões. Na sequência, em 305, apesar de os imperadores Diocleciano e Maximiano já terem deixado seus postos, Galério desencadeou uma perseguição brutal que resultou na morte de muitos cristãos, até o ano 310. Em 311, já no leito de morte, Galério mudou de ideia e, desistindo de lutar contra o Cristianismo, promulgou o Édito de Tolerância, permitindo que os cristãos se reunissem livremente desde que não atentassem contra a ordem pública.

No império do Ocidente, embora leal a Diocleciano, Constâncio era mais indulgente com relação aos cristãos, não havendo relato de perseguições. Após sua morte, no ano 306, seu filho Constantino ocupou seu lugar, aliando-se ao general Licínio. Em 313, Constantino e Licínio emitiram o Édito de Milão, pelo qual garantiam a liberdade religiosa no império a quaisquer cultos que os homens desejassem. Com isso, a igreja cristã “passou de perseguida a privilegiada” (KENETH; STEPHEN; RANDY, 2003, p. 38).

Ressalte-se que o impacto dos atos de Constantino sobre a vida da igreja foi grande e sobre isso González (1997, p. 35) assim se referiu:

Naturalmente a consequência mais imediata e notável da conversão de Constantino foi o fim das perseguições. Até então os cristãos tinham vivido em constante temor de uma nova perseguição, mesmo em tempos de relativa paz. Depois da conversão de Constantino esse temor se dissipou. Os poucos governantes pagãos que houve depois dele não perseguiram os cristãos, somente tentaram restaurar o paganismo por outros meios. Tudo isso produziu em primeiro lugar o desenvolvimento do que poderíamos chamar de uma “teologia oficial”. Deslumbrados com o favor que Constantino evidenciava em relação a eles, não faltaram cristãos que se empenhavam em provar que Constantino era o eleito de Deus, e que sua obra era consumação da história da igreja.

Dessa forma, as perseguições cruéis desencadeadas por Diocleciano foram coibidas no governo de Constantino e Licínio. Conforme Cairns (1995, p. 100), Constantino “compreendeu que se o Estado não podia destruí-la pela força, o melhor seria usar a Igreja como um aliado para salvar a cultura clássica”. Dessa maneira, por diversas razões, Constantino acabou contribuindo para que o Cristianismo se propagasse livremente.

2.2.2 Proteção e Favorecimento da Igreja

Nos anos posteriores ao Édito de Milão, a igreja cristã obteve grandes vantagens sobre as demais religiões. Conforme destaca Blainey (2012), as igrejas receberam suas propriedades de volta, receberam auxílio financeiro e apoio direto do governo romano. Também o sistema de cobrança de impostos passou a beneficiar as igrejas e propriedades cristãs. Frazão (2017) cita ainda a eliminação dos espetáculos de gladiadores, no Coliseu romano e a proibição de que condenados fossem jogados às feras. Hurlbut (2002) cita também a abolição da crucificação e a repressão do infanticídio e do escravismo.

O reconhecimento do Cristianismo como religião preferida pelo imperador trouxe bons resultados tanto para o povo como para a igreja. Mediante a promulgação de outros editos Constantino possibilitou não apenas a recuperação das propriedades confiscadas, mas, também, deu subsídios para que a igreja se tornasse mais forte e influente, isentou o clero do serviço público, proibiu práticas de adivinhações e previsões e separou um dia específico para guarda religiosa condizente com os propósitos religiosos do Império, o dia do Sol, como dia de descanso e culto. Assumiu posição de liderança teológica ao convocar o Concílio de Nicéia, em 325, e arbitrar a controvérsia ariana. Com essas atitudes, Constantino garantiu a liberdade religiosa aos cristãos e propiciou favores para a Igreja deixando o Cristianismo em posição de prestígio no império (CAIRNS, 1995).

Segundo Cairns (1995), após sua morte, os filhos de Constantino continuaram a favorecer a igreja, promulgando editos que proibiam sacrifícios pagãos e a frequência aos templos pagãos. No reinado de Juliano os privilégios da igreja cristã foram retirados, voltando a ser concedida liberdade plena de culto e auxílio para o avanço da filosofia e da religião pagã. Contudo, esse retrocesso foi apenas temporário, sendo continuados os privilégios à igreja cristã pelos reis seguintes. O imperador Graciano renunciou ao título de Pontífice Máximo e Teodósio I, em 380, tornou o cristianismo religião oficial do Império com punição daqueles que seguissem outra forma de culto. Em 392, o Edito de Constantinopla proibiu o paganismo e, em 529, Justiniano determinou o fechamento da escola de filosofia de Atenas.

A influência das decisões de Constantino, portanto, foi sentida nos governos posteriores, como explica Deiros (2005, p. 84):

Constantino chegou a ser o único imperador do Império Romano a partir de 323, depois de derrotar um de seus opositores, Licínio. No ano 325 fez uma exortação geral para que todo o povo do Império se tornasse cristão. Esta decisão influenciou grandemente a Teodósio o Grande, que começou a reinar em 378, e em 380 colocou o cristianismo como religião oficial do Império Romano.

O edito de Teodósio, em 28 de fevereiro de 380, promulgado em Tessalônica, assim dizia: “Todos os povos devem aderir-se a fé transmitida aos romanos pelo apóstolo Pedro e professada pelo pontífice Dámaso e o bispo Pedro de Alexandria, quer dizer, reconhecer a Santa Trindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (DEIROS, 2005, p. 84).

Conforme Nichols (1992), a contribuição de Constantino para o desenvolvimento da igreja cristã foi essencial pois, livre da perseguição, pode desenvolver sua obra com maior poder tanto no Império, pregando aos da antiga população e aos pagãos bárbaros que vinham se estabelecer na região, como também em novos campos de trabalho. O Cristianismo, assim, se espalhou durante o quarto e quintos séculos, “nas partes do império onde a religião ainda não se tinha formado, especialmente na Grécia, alto Egito, norte da Itália, Espanha, França e nas terras ao longo do Reno e do Danúbio. Na Britânia, [...]” (idem:49).

3 O EDITO DE CONSTANTINO (LEI DOMINICAL) E O CONCÍLIO DE NICÉIA

Algumas decisões de Constantino levaram a controvérsias teológicas que resultaram em mudanças essenciais ao Cristianismo primitivo. Entre essas decisões destacam-se, na sequência, a lei dominical e o concílio de Nicéia.

3.1 O Edito de Constantino

O Edito de Constantino foi promulgado em 7 de março de 321. Trata-se de um ordenamento a respeito do dia de descanso que Constantino passou a adotar para o Império Romano tendo em vista unificar o Estado também com relação a um dia específico para descanso, haja vista que o Édito de Milão declarava liberdade de culto a todos os povos. O texto do *Codex Justinianus* (livro 3, título 12, parágrafo 2), traz o seguinte teor:

Que todos os juízes, e todos os habitantes da cidade, e todos os mercadores e artífices descansem no venerável dia do Sol. Não obstante, atendam os lavradores com plena liberdade ao cultivo dos

campos, visto acontecer amiúde que nenhum outro dia é tão adequado à sementeira do grão ou ao plantio da vinha; daí o não se dever deixar passar o tempo favorável concedido pelo céu. (*apud* WHITE, 1985, p. 680).

A decisão de Constantino apoiava a adoração ao Deus Sol, a quem o imperador se afiliava, mas também abriu espaço para a mudança do dia de descanso, que já vinha apresentando, desde o século II, uma tendência a honrar o domingo em lugar do sábado.

Segundo Carroll (2002), a religião de Mitra tinha se tornado popular entre os militares romanos. Os cristãos que faziam parte do exército sentiam-se pressionados a participar do culto a Mitra, mas, em geral, recusavam. Durante as perseguições aos cristãos na era Diocleciano esse ponto foi utilizado para retirar os cristãos dos exércitos, já que os mesmos não aceitavam outra adoração a não ser a Cristo. Sob Constantino, principalmente após o edito de Milão, o dia do Sol passou a ser considerado um dia de festividade pública que incluía a todos, romanos, pagãos e cristãos.

Carroll (2002) comenta que o caráter original de Constantino associava a divindade suprema com o Sol. À sua época alguns costumes pagãos já eram reconhecidos nas práticas cristãs, como a orientação das igrejas para o leste, a realização de cultos no dia do Sol (domingo) e a celebração da divindade no solstício de inverno.

Essas práticas estavam sendo introduzidas, principalmente, pela igreja de Roma, a partir do século II. Ressalte-se que os primeiros cristãos, desde Jesus até os apóstolos, mantinham a fé original, tendo como dia de guarda o sábado. Esse fato é confirmado por Timm (2012), o qual afirma que a primeira evidência histórica sobre cristãos observando o domingo é encontrada na metade do segundo século depois de Cristo.

Também White (1985, p. 50) afirma essa evidência e aponta para mudanças posteriores:

Nos primeiros séculos o verdadeiro sábado foi guardado por todos os cristãos. Eram estes ciosos da honra de Deus, e, crendo que Sua lei é imutável, zelosamente preservavam a santidade de seus preceitos. [...] Para que a atenção do povo pudesse ser chamada para o domingo, foi feito deste uma festividade em honra da ressurreição de Cristo. Atos religiosos eram nele realizados; era, porém, considerado como dia de recreio, sendo o sábado ainda observado como dia santificado.

Bacchiocchi (1977, p. 147), confirma que “a observância do domingo se originou em Roma no início do segundo século, e não em Jerusalém no período apostólico”. Ainda segundo o autor, em Roma, o culto ao *Sol Invictus Mithra* existia desde o primeiro século, e era realizado no primeiro dia da semana. Com a expansão do Cristianismo pelo Império romano, em todas as partes os cristãos cultuavam no sábado. Porém, em Roma e em Alexandria, essa prática foi sendo abolida dando lugar a um costume diferente. Especialmente em Roma se fortalecia a tendência de aceitar o domingo como dia do Senhor festivo, em contrapartida ao sábado, que passou a ser visto como um dia de jejum e lamentação por causa do Judaísmo, mas também, pela introdução de práticas pagãs em conformidade com as tradições romanas¹.

Em explicação sobre a tradição romana de cultuar o primeiro dia da semana, Timm (2012) explica que o cristianismo dos primeiros séculos absorveu elementos de origem pagã, próprios da cultura do Império romano, a exemplo do culto ao sol de origem persa (mitraísmo). Os mitraístas romanos veneravam o sol Invictus no domingo e celebravam seu nascimento no dia 25 de dezembro. Dessa maneira, tendo sido influenciados a harmonizar o Sol Invictus com o Sol da Justiça do Cristianismo (Jesus), muitos cristãos passaram a adorar a Cristo no domingo por influência da igreja de Roma. Esse costume foi institucionalizado com o imperador Constantino, devoto adorador de Mitra, mediante o decreto de 321.

¹ Ver mais na tese doutoral de Samuele Bacchiocchi (1977) e no livro *O Grande Conflito*, de Ellen White (1985).

O decreto de Constantino foi seguido por medidas eclesiásticas que legalizaram, posteriormente, o domingo como dia de guarda para os cristãos em lugar do sábado. No Concílio de Nicéia, em 325, o domingo foi confirmado como dia de descanso cristão, dando o passo para a abolição da guarda do sábado pela Igreja Católica, posteriormente. Como enfatiza Hurlbut (2002, p. 88), “o primeiro dia da semana (domingo) foi proclamado dia de descanso e adoração e a observância em breve se generalizou em todo o império”.

White (1985, p. 680) traz, em nota sobre o edito de Constantino, um texto do Dicionário Enciclopédico Hispano-Americano que afirma o seguinte:

O Imperador Constantino, no ano 321, foi o primeiro a ordenar a rigorosa observância do domingo, proibindo toda classe de negócios jurídicos, ocupações e trabalhos; unicamente se permitia aos lavradores que trabalhassem aos domingos nas fainas agrícolas, se o tempo fosse favorável. Uma lei posterior, do ano 425, proibiu a celebração de toda classe de representações teatrais e, afinal, no século VII aplicaram-se com todo o rigor, ao domingo cristão, as proibições do sábado judaico.

Esse fato foi salientado no Catecismo Romano, que reconheceu a atuação da Igreja Católica no processo de mudança do sábado, ao declarar: “A igreja de Deus, porém, achou conveniente transferir para o domingo a solene celebração do sábado”.

3.2 O Concílio de Niceia

No ano 325, Constantino convocou todos os bispos da igreja em Nicéia, Bitínia (atual Iznik, na Turquia), cidade próxima de Constantinopla, para decidir sobre questões teológico-doutrinárias que estavam afetando a igreja cristã, entre elas a definição da natureza de Cristo, a data da Páscoa, o dia de descanso dos cristãos e outras leis canônicas. De acordo com Blainey (2012), 250 bispos compareceram vindos da parte oriental ou das regiões mais próximas, sendo que apenas cinco vinham do Ocidente. Entre estes estavam dois diáconos enviados pelo papa de Roma, incumbidos de apresentar a visão do mesmo sobre o assunto, bem como, bispos de Cartago e Milão, cidades cristãs das mais importantes na parte ocidental do Império. Comenta o autor que esse grupo não poderia ser considerado representante da igreja como um todo. Todavia, juntamente com Constantino, formaram o Concílio de Nicéia. Foi o primeiro concílio ecumênico da história do Cristianismo.

O Concílio de Nicéia foi convocado por Constantino a pedido dos próprios bispos, que queriam por termo a uma questão iniciada por Ário, um discípulo de Samosata e presbítero em Alexandria. Paulo de Samosata era bispo em Antioquia e, por volta de 260, defendia o monoteísmo afirmando que Jesus era filho adotivo de Deus e que Ele não tinha realmente encarnado. Ário, por sua vez, declarava que Deus Filho não era igual a Deus Pai e não tinham a mesma substância. Alexandre, bispo de Alexandria, não tinha definido bem essa questão doutrinária o que resultou na excomunicação de Ário da igreja de Alexandria. Este buscou apoio em Eusébio de Nicomédia e Eusébio de Cesaréia. Retornando para Alexandria, Atanásio, diácono da cidade, decidiu enfrentar Ário. Em consequência, a igreja começou a se dividir sobre a pessoa de Jesus Cristo (FLUCK, 2009).

Blainey (2012) comenta que Ário enfatizava o aspecto da humanidade de Cristo mais do que o aspecto de sua divindade. Já os adeptos da Igreja Ortodoxa criam na igualdade entre Deus e Jesus e que uma visão contrária a essa crença desmerecia a Cristo. A discussão ariana, como foi chamada historicamente, ultrapassou os limites das fronteiras do Egito e levado a uma diversidade de opiniões entre os bispos, estes pediram a intervenção de Constantino, o qual, após tentar conciliar a situação, convocou os bispos a se encontrarem em Nicéia.

A intervenção de Constantino na questão teológica não se deu por ele ter conhecimento a respeito da natureza de Cristo. Ao contrário, como explica Silva (2005, p. 36), Constantino “não tinha interesse algum em ‘promulgar’ uma doutrina trinitária para a igreja. [...] nem possuía conhecimento suficiente para se posicionar diante da controvérsia que ocupava a teologia grega”. Contudo, os bispos o convenceram a convocar o Concílio para resolver o problema doutrinário.

Para Carroll (2002), a questão ariana tornou-se um problema para o império, mostrando que não havia unidade nem mesmo entre os cristãos, que não entravam em acordo nem quanto ao cálculo da data da Páscoa nem sobre como Jesus era Deus. Assim, Constantino, arrogando ter o direito de exercer autoridade absoluta também sobre a igreja, buscou definir a questão.

Como Jesus é Deus? Vimos que essa questão, *como* questão, tinha sido a essência da discussão cristã desde que seus primeiros seguidores se tinham permitido, de luto, a primeiro rezar para Jesus e então a falar em voz alta sobre sua tremenda intuição a respeito dele. Mas uma resposta viria substituir, no discurso, a pergunta. A resposta única, definitiva, unívoca, que tinha até então escapado ao consenso cristão – escapado, isto é, a mentes finamente sintonizadas, apaixonadas e diversamente engajadas com a questão, como Irineu, Orígenes e Ário –, seria agora imposta por decreto imperial. A unidade seria dali por diante o tom não apenas da ordem política, mas também de uma verdade revelada. Com a santidade e a catolicidade, a “unidade” seria, no jargão, uma “marca” da Igreja –, pelo menos teoricamente. (CARROLL, 2002, p. 205).

Como resposta ao mandato do imperador, o Concílio de Nicéia proclamou uma declaração formal de crença, definindo quase unanimemente como Jesus é Deus. Os bispos que não concordaram com o Credo de Nicéia foram exilados por Constantino, a exemplo de Atanásio e outros que foram exilados em Tréveris (CARROLL, 2002).

O Concílio de Nicéia discutiu a natureza de Cristo em relação ao Pai apesar de, no credo niceno não ter sido mencionada a questão sobre o Espírito Santo ser ou não uma pessoa, como se pode observar do texto do Credo de Nicéia, apresentado por Silva (2005, p. 37):

Creemos em um só Deus, Pai onipotente, criador de todas as coisas vivas visíveis e invisíveis; e em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus gerado pelo Pai, unigênito, isto é, da substância do Pai, Deus de Deus, Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado não feito, de uma só substância com o Pai, pelo qual foram feitas todas as coisas, as que estão no céu e as que estão na Terra; o qual, por nos homens e por nossa salvação, desceu e se encarnou e se fez homem e sofreu e ressuscitou ao terceiro dia, subiu ao céu, e novamente deve vir e no Espírito Santo.

Ainda segundo Silva (2005), embora o Concílio de Nicéia tenha supostamente derrotado os arianos, partidários de Eusébio de Nicomédia tentaram restaurar Ário ao poder, após o Concílio, sob a proteção do imperador, tendo este sido convencido por Eusébio a exilar Atanásio e recolocar Ário como bispo de Alexandria, com a intenção de convocar um novo Concílio que corrigisse Nicéia dando ganho de causa aos arianos. A fé trinitária, que afirma a unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, pareceu mesmo ter sido renegada quando Constantino quis ser batizado por Eusébio de Nicomédia, em seu leito de morte, num ritual antitrinitariano. Desse modo, a fé nicena não foi extinta devido à morte de Constantino ter ocorrido alguns dias após seu batismo, sem que tivesse tempo de convocar outro concílio.

4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INFLUÊNCIA DE CONSTANTINO PARA O CRISTIANISMO

Constantino e seus sucessores se constituíram patronos do Cristianismo, sustentando-o, interferindo e exercendo autoridade sobre os negócios e doutrinas da igreja. Embora tenha ocorrido um grande aumento no número de cristãos, a partir das decisões de Constantino, esse benefício é duvidoso, haja vista que, não somente entraram para o Cristianismo pessoas que nada conheciam a respeito da religião como também se produziram mudanças doutrinárias no cristianismo e perseguições aos povos pagãos e judeus. Segundo Nichols (1992, p. 81), “prevaleceu, assim, na Igreja, grande massa de pagãos, imbuídos das ideias pagãs a respeito da religião e da moral, gente que de cristã tinha apenas o nome”.

Corroborando com Nichols, Cairns (1995), também considera que a vitória obtida ao tempo de Constantino foi, ao mesmo tempo, benéfica e prejudicial, já que a união entre igreja e Estado provocou a secularização da igreja cristã.

É verdade que o cristianismo elevou o nível moral da sociedade ao ponto de a dignidade da mulher ser conhecida na sociedade, os espetáculos de gladiadores serem abolidos, os escravos receberem melhor tratamento, a legislação romana tornar-se mais justa e o avanço da obra missionária ter aumentado. A Igreja percebeu, entretanto, que embora uma associação com o Estado lhe trouxesse benefícios, isto lhe traria também muitas desvantagens. O governo, em troca dos privilégios,

da proteção e da ajuda que oferecia, achava-se no direito de interferir em assuntos espirituais e teológicos. Em Arles (314) e em Nicéia (325), Constantino arrogou-se o direito de arbitrar a disputa na Igreja, embora fosse apenas o soberano temporário do império. O longo conflito entre a Igreja e o Estado começa aí. Infelizmente a Igreja ganhou em poder, mas se tornou uma arrogante perseguidora do paganismo do mesmo modo que as autoridades religiosas pagãs tinham agido em relação aos cristãos. Parece que no balanço final, a aproximação entre Igreja e Estado trouxe mais malefícios do que bênçãos à Igreja Cristã. (CAIRNS, 1995, p. 101).

Dessa maneira, embora o Cristianismo tenha proporcionado mudanças positivas para o povo, sendo um trunfo nas mãos do governo imperial, trouxe como consequência maus resultados para a igreja com relação à fidelidade à fé apostólica.

O nível moral do Cristianismo no poder era muito mais baixo do que aquele que distinguiu os cristãos nos tempos de perseguição. Os cultos de adoração aumentaram em esplendor, é certo, porém eram menos espirituais e menos sinceros do que no passado. Os costumes e as cerimônias do paganismo foram pouco a pouco infiltrando-se nos cultos de adoração. Algumas das antigas festas pagãs foram aceitas na igreja com nomes diferentes. Cerca do ano 405 as imagens dos santos e mártires começaram a aparecer nos templos, como objetos de reverência, adoração e culto. A adoração à virgem Maria substituiu a adoração a Vênus e a Diana. A Ceia do Senhor tornou-se um sacrifício em lugar de uma recordação da morte do Senhor. O "ancião" evoluiu de pregador a sacerdote. Como resultado da ascensão da igreja ao poder, não se vê os ideais do Cristianismo transformando o mundo; o que se vê é o mundo dominando a igreja. (HURLBUT, 2002, p. 91).

Essas mudanças, que incluíram questões doutrinárias importantes, como a questão sobre a pessoa de Cristo e a imposição de um dia de descanso diverso da fé primitiva, serviram para dividir o Cristianismo, gerando grupos de cristãos que se mantinham fiéis à fé apostólica e a maioria que se posicionou sob Roma. Tal divisão foi sentida ao longo do tempo, na forma de perseguição aos fiéis à Palavra de Cristo. Nesse sentido, a contribuição de Constantino foi mais prejudicial ao avanço do Cristianismo puro e verdadeiro, sendo favorável ao Cristianismo apóstata, conforme se posicional Hurlbut (2002, p. 92):

Se tivesse sido permitido ao Cristianismo desenvolver-se normalmente, sem o controle do Estado, e se o Estado se tivesse mantido livre da ditadura da igreja, tanto um quanto a outra teriam sido mais felizes. Porém a igreja e o Estado tornaram-se uma só entidade quando o Cristianismo foi adotado como religião do império, e dessa união inatural surgiram males sem conta nas províncias orientais e ocidentais. No Oriente, o Estado dominava de tal modo a igreja, que está perdeu todo o poder que possuía. No Ocidente, como veremos adiante, a igreja, pouco a pouco, usurpou o poder secular e o resultado não foi *Cristianismo*, e, sim, o estabelecimento de uma *hierarquia* mais ou menos corrompida que dominava as nações da Europa, fazendo da igreja uma máquina política.

Desse modo, embora Constantino tenha contribuído para a expansão do Cristianismo para o mundo todo, também influenciou no desenvolvimento de um cristianismo mesclado entre a fé em Cristo e a apostasia. Sua importância na história cristã é, assim, colocada em xeque, já que possibilitou à igreja se expandir, por um lado, enquanto, por outro, contribuiu para que entrasse a corrupção e o mundanismo na igreja.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do Imperador Constantino no desenvolvimento da igreja cristã acabou por repercutir na expansão posterior da Igreja, por ter tornado o Cristianismo uma religião aceita e protegida pelo Estado Romano. No período em que foi imperador fez uso de estratégias político-religiosas que não apenas puseram um fim às perseguições aos cristãos, mas, também, favoreceram grandemente a igreja cristã, de diferentes maneiras.

Entre suas contribuições ao Cristianismo estão o favorecimento do cristianismo por meio do Edito de Milão, que propiciou liberdade religiosa em todo o império, facilitando, desse modo, aos cristãos viverem sua fé livremente e terem direitos civis iguais aos do povo romano, e a convocação do Concílio de Nicéia, no qual participou de forma ativa na condução das discussões teológicas acerca da natureza de Cristo. No Concílio de Nicéia o domingo foi reafirmado como dia de descanso cristão, conforme já havia sido concebido no Edito de Constantino.

Ao analisar a história do cristianismo sob a influência de Constantino percebe-se que este proporcionou mudanças positivas e negativas à igreja, que repercutiram após sua morte. Conclui-se, assim, que o imperador Constantino contribuiu favoravelmente ao Cristianismo ao por fim às perseguições aos cristãos e afirmar o Cristianismo como religião legalizada, dando condições para a sua expansão pelo mundo; por outro lado, contribuiu negativamente ao interferir em assuntos religiosos e propiciar um caminho para a apostasia da fé cristã.

A fé cristã primitiva, no entanto, permaneceu ao longo dos séculos por meio de remanescentes que não se curvaram diante de Roma. Mesmo tendo a igreja cristã em Roma e seus aliados apostatado e perseguido aos cristãos no decorrer do tempo, produzindo mudanças que conduziram a igreja a uma união com o Estado a partir de Constantino, e infiltrando costumes pagãos para confundir a verdade do Evangelho.

REFERÊNCIAS

BACCHIOCCHI, Samuele. **Do sábado para o domingo: uma investigação do surgimento da observância do domingo no cristianismo primitivo**. Roma, The Pontifical Gregorian University Press, 1977.

BARRET, David. **World Christian Encyclopedia**. v. 4. New York: Oxford University Press, 1982.

BÍBLIA SAGRADA. 2. ed. Revista e Atualizada no Brasil. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do cristianismo**. São Paulo-SP: Fundamento Educacional Ltd, 2012.

CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã**. Trad. Israel Belo de Azevedo. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995

CARROLL, James. **A espada de Constantino: a igreja católica e os judeus**. Trad. Renato Pompeu. Barueri-SP: Manole, 2002.

DEIROS, Pablo A. **Historia del cristianismo: los primeros 500 años**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones del Centro, 2005.

FLUCK, Marlon Roland. **História do cristianismo: modelos, panoramas e teologia**. Curitiba-PR: Cia. de Escritores, 2009.

GONZÁLEZ, Justo L. **Uma história ilustrada do cristianismo: a era dos gigantes**. São Paulo-SP: Vida Nova, 1997.

GUY DE LA BÉDOYÈRE. **Os romanos para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013.

HURLBUT, Jesse Lyman. **História da igreja cristã**. 14. reimp. São Paulo: Betânia, 2002.

KENNETH, Curtis, A.; STEPHEN, Lang, J.; RANDY, Petersen. Trad. Emerson Justino. **Os 100 acontecimentos mais importantes da história do cristianismo: do incêndio de Roma ao crescimento da igreja na China**. São Paulo: Vida, 2003.

NICHOLS, Robert Hastings. **História da igreja cristã**. São Paulo, SP: Casa Editora Presbiteriana, 1992.

SILVA, Rodrigo P. Trindade: um dogma de Constantino: **Parousia**, Revista do Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia. Engenheiro Coelho, SP, a. 4, n. 2, p. 31-39, 2º sem. 2005.

TIMM, Alberto R. **Do sábado para o domingo**. 2012. Disponível em: <<http://biblia.com.br/perguntas-biblicas/sabado/>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

WALKER, Wiliston. **História da igreja cristã**. Tradução Paulo D. Siepierskij. 3. ed. São Paulo: ASTE, 2006.

WHITE, Ellen G. **O grande conflito**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1985.